

Instituto Socioambiental

fonte: C. 3600 class.: DINR0231
 data: 28/2/95 pg.: 5

Autodeterminação de índios gera polêmica na ONU

DEBORAH BERLINCK
Correspondente

GENEBRA — Está pronta a primeira versão da futura Declaração Universal dos Direitos Indígenas, documento que vai estabelecer pela primeira vez na história os direitos de cerca de 250 milhões de índios do mundo inteiro. Agora, o texto formulado por cinco peritos da ONU, a partir de propostas de índios do mundo inteiro, começará a ser negociado na ONU por quem vai verdadeiramente decidir seu destino: os governos. Mas as chances de essa versão sobreviver como está são mínimas: o Brasil, junto com Índia e Bangladesh, está liderando um grupo que pretende derrubar as principais e mais polêmicas sugestões do texto, como o artigo que dá aos índios o direito à autodeterminação.

A Índia e Bangladesh sequer admitem ter índios. O Brasil alega que o conceito de autodeterminação está ligado à independência e teme que um dia os ianomâmis, por exemplo, pos-

sam reivindicar a separação do Brasil. O embaixador brasileiro Gilberto Sabóia avisou que o Brasil também derrubará qualquer menção no texto a "povos indígenas" ou a "territórios indígenas", pelo mesmo motivo.

O argumento não é aceito pelo grupo de peritos da ONU, para quem direito à autodeterminação não quer dizer direito à secessão. Os Estados Unidos admitem ter problemas com a palavra "povos" (pelo mesmo motivo que o Brasil), mas a delegação americana, citando um discurso do presidente Bill Clinton, diz que os EUA reconhecem o direito à autodeterminação de seus índios desde a década de 70. Os americanos, no entanto, deixam claro: para eles, autodeterminação não significa independência, e sim autonomia.

Sebastião Manchinery, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab), disse que os índios brasileiros não querem no texto a autodeterminação e que nunca se imaginaram separados do país:

— Nós só queremos que o Governo não decida tudo o que temos que fazer, sem nos ouvir.